

# Encruzilhadas históricas: trajetórias de ontem e de hoje

---

**Nazaré Torrão**

Université de Genève

Cátedra Lídia Jorge

• nazare.torrao@unige.ch

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e523](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e523)

E a verdade é que nestes últimos três séculos, aqui no Ocidente, a visão predominante foi de que nós somos senhores do nosso projeto de futuro, que a História tem um sentido a alcançar, uns certos e determinados fins, e que é em função disso que ela foi realmente vivida. Mas a verdade é que a gente nunca chega a esse fim e, quando pensa que está no fim da História, nem sabe se está no fim ou se está próximo de um outro começo, particularmente neste momento em que a História é como um mito, como um espelho onde se pode ler aquilo que foi o passado e aquilo que nos espera.

Eduardo Lourenço

Se a identidade parece evocar uma origem longínqua, histórica, com a qual continuaria a estabelecer laços, a identidade coloca na realidade questões sobre a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura no processo do vir a ser mais do que do ser: não ‘quem somos?’ ou ‘donde vimos?’, mas o que vamos ser, como somos representados e como isso pode influenciar a maneira como nós nos representamos a nós próprios?

Stuart Hall<sup>1</sup>

Durante muito tempo considerou-se que o principal objetivo da história seria reconstruir o passado sem os efeitos de distorção do presente. O presente da escrita, contudo, acaba por influenciar de alguma forma o modo como se olha para os acontecimentos, para os intervenientes que se valorizam, de quem são as histórias narradas e de quem as que são deixadas na sombra. Para a reconstrução de determinado evento do passado é necessário ordenar os factos, encontrar os motivos por trás da ação e discernir os objetivos. Isso liga a ação ao contexto, aos acontecimentos anteriores e aos que daí resultarão. É preciso pois construir uma narrativa coerente. Hayden White (2010), entre outros estudiosos, como por exemplo Paul Ricoeur (1983-1985), insiste no caráter narrativo da história. Mas isso torna a história dependente, tal como outras narrativas, do narrador, do ponto de vista, do momento em que é narrada e do período de tempo escolhido. Ou seja, o presente da escrita influi na perspetiva que se adota e permite muitas vezes uma releitura crítica não só dos factos passados, como também do modo como nos foram narrados.

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “Si l’identité semble évoquer une origine lointaine, historique, avec laquelle elle continuerait d’entretenir des liens, l’identité pose en réalité des questions sur l’utilisation des ressources de l’histoire, du langage et de la culture dans le processus du devenir plutôt que de l’être : non pas ‘qui sommes-nous ?’ ou ‘d’où venons-nous ?’, mais qu’allons-nous devenir, comment sommes-nous représentés et comment cela peut-il influencer la manière dont nous nous représentons nous-mêmes ?” (Hall, 2008, p. 380).

David Carr cita Husserl para lembrar que é a partir do presente que encaramos as nossas possibilidades de futuro e vemos o passado, lembrando mesmo que a atualidade presente também é compreendida segundo as possibilidades de presente que entrevemos (Carr, 1986). Como vários outros estudiosos antes dele, volta a Santo Agostinho e ao seu triplo presente: “tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris”, ou seja – os tempos são três: presente das coisas do passado, presente do presente e presente do futuro (Agostinho, 2004, p. 299). Pensar a história implicaria pensar a relação com o tempo sem que interferissem influências do presente no modo como se analisa o tempo passado. Tarefa cada vez mais posta em questão por muitos historiadores, quanto mais não seja quanto à escolha dos temas privilegiados, porque o passado pode irromper no presente, impondo discussões sobre os tempos idos, intervindo nas nossas preocupações atuais, obrigando a um acompanhamento ético, como nos recorda David Armitage.<sup>2</sup> Tal como a primeira epígrafe de Eduardo Lourenço sinaliza, a história atravessa um período de discussão profunda sobre a sua relação com o tempo, nomeadamente com o tempo presente.<sup>3</sup>

Há quem afirme que “a história serve o seu propósito quando envolve o público na discussão sobre a razão pela qual determinadas alegações se baseiam em certezas inapropriadas ou história mal compreendida, e os contadores tinham uma história com mais nuances e complicações alternativas”.<sup>4</sup> Não queremos tomar posição quanto aos objetivos, metodologia ou *modus operandi* da disciplina, mas na revista *Língua-lugar* privilegiamos uma abordagem que não só esclareça o passado, como também o presente. Os artigos deste dossiê foram apresentados primeiro sob a forma de conferências a um público estudantil, na Universidade de Genebra, inseridos no programa da unidade de português, com o intuito de apresentar momentos fulcrais da história dos países de língua oficial portuguesa.<sup>5</sup> Foram, na altura, abordados não só os acontecimentos de facto ocorridos, mas as possibilidades que se abriam a determinado momento: desejos, esperanças sonhadas, frustradas ou não, discussões sobre o futuro e seus intervenientes. As vozes escolhidas que

<sup>2</sup> "Nonetheless, an encounter such as this indicates just how strikingly the past can erupt into the present and intervene into our current concerns. And it reminds us that it is only in the present that the past can make any claim on us at all. It does so with an accompanying ethical challenge, 'a set of expectations we need to rise to, individually and collectively,' that point towards the future. There could be signs of an alternative approach to history in the poignant rending of the fabric between past and present that Andrade reported." (Armitage, s/d, p. 3). Tradução nossa: "No entanto, um encontro como este indica de que forma marcante o passado pode irromper no presente e intervir nas nossas preocupações atuais. E recorda-nos que é apenas no presente que o passado pode fazer qualquer reivindicação sobre nós. Fá-lo com um desafio ético de acompanhamento que acompanha 'um conjunto de expectativas a que precisamos de estar à altura, individualmente e coletivamente', que apontam para o futuro."

<sup>3</sup> Ler a esse respeito o artigo de David Armitage "In Defense of Presentism".

<sup>4</sup> "[...] history serves its purpose when it engages the public in discussion about why particular claims rest on misplaced certainty or misunderstood history, and counters had history with more nuanced and complicated alternatives." (Dale, 2018, pp. 318-319, citada por Armitage, s/d, p. 17).

<sup>5</sup> Pode consultar os programas completos nos seguintes sites: [https://www.unige.ch/lettres/roman/files/7015/3753/6088/cours\\_public\\_portugais\\_automne\\_2018\\_descriptif.pdf](https://www.unige.ch/lettres/roman/files/7015/3753/6088/cours_public_portugais_automne_2018_descriptif.pdf) e [https://www.unige.ch/lettres/roman/files/9315/4894/9606/cours\\_public\\_portugais\\_2019p.pdf](https://www.unige.ch/lettres/roman/files/9315/4894/9606/cours_public_portugais_2019p.pdf)

se fizeram ouvir nesses momentos de encruzilhadas históricas foram as de militares, políticos, um clérigo (António Vieira), muitos escritores, poetas, cantores, um sapateiro (Gonçalo Anes Bandarra) e mesmo pintores de paredes, anónimos uns, de reputação já bem estabelecida outros (*street art* e muralismo): a sociedade a discutir em momentos fulcrais o futuro que deseja. Há momentos assim na história dos países. Momentos em que uma pletera de possibilidades parece abrir-se, outros em que essas possibilidades têm que ser forçadas e são-no, lutando-se por elas.

A literatura, na sua tentativa para representar o real, sabendo-se que o real e a sua representação são forçosamente duas coisas diferentes, anda muitas vezes próxima dos objetivos da história, a par dos seus objetivos estéticos próprios. Mas, para além de se preocupar com o conhecimento da verdade, vai mais longe do que a história porque se preocupa em olhar para medos, amores, esperanças e desilusões, individuais e coletivos, em ver como estes se insinuam nas fendas do tempo, adquirindo novos significados segundo as épocas e as ideologias de que são impregnados. A literatura para além de se preocupar em inquirir sobre a verdade, questiona, altera, transgride-a e cria (Marinho, 2008). Foi assim que as independências dos países africanos de língua oficial portuguesa foram sonhadas e instigadas através de textos literários. Foi assim que a discussão sobre as identidades diferentes da que era (ou é) imposta pelo Estado se fortificaram e vão procurando novas formas, tateando entre laços passados e aqueles que se estabelecem no presente, projetando-se no futuro, encontrando caminhos, criando espaços para novas identidades no grupo comum.

Os artigos do dossiê refletem a relação da história com o tempo passado e futuro, com o modo como o passado se impõe nas discussões presentes. Dois temas da atualidade mediática podem ligar-se às análises históricas apresentadas: as leituras do senso-comum e as académicas do passado colonial português, no caso do texto do historiador Pedro Cardim, e a importância que se quer conceder à revolução de 25 de abril de 1974 que possibilitou a passagem do regime ditatorial do Estado Novo para um regime democrático, no caso do artigo de Maria Inácia Rezola. No caso dos artigos de literatura, no artigo de Ana Maria Martinho são discutidas as formas de abordar as literaturas africanas, numa perspetiva decolonial que lhes faça inteiramente justiça e o artigo de Alberto Carvalho faz a história da revista *Claridade* nos seus três momentos de publicação e das diferentes influências dos seus colaboradores.

Os artigos referem todos momentos fulcrais da história em que vários caminhos se apresentavam e eram discutidos na sociedade, aquilo que designei como encruzilhadas históricas e/ou identitárias. Concretamente, como avançar com a identidade cabo-verdiana e criar um espaço de difusão à sua cultura durante o regime do Estado Novo (artigo de Alberto Carvalho) ou quais os caminhos para o futuro de Portugal que se digladiavam no pós-revolução em 1975 (artigo sobre a o período antes da ordem do dia na Assembleia Constituinte no artigo de Maria Inácia Rezola). À primeira vista não são comparáveis e, definitivamente, são de cariz diferente, um cultural e identitário, outro político. Todavia são dois momentos de escolha e discussão, em que a escolha dos primeiros indiretamente influenciou a ocorrência do segundo – sem a luta pela identidade e independência a revolução não teria sido o que foi nem como foi. O artigo de Pedro Cardim, refere a questão do tratamento dos ameríndios no Brasil, tema discutido na época, sobre o qual Vieira e outros tomaram posição e que no fundo se inseria na discussão mais profunda de “quão humanos” os ameríndios eram considerados. Não é esse contudo o ponto central do seu artigo, pois a discussão do século XVII foi apresentada unilateralmente ao longo da história nacional portuguesa e o que o artigo trata é a discussão sobre a leitura da discussão passada e sobre a sua apresentação à sociedade. A encruzilhada histórica analisada é a do presente: Como quer a sociedade ler o passado colonial? Manter uma versão edulcorada e longe da verdade, caluniando os que ousam contrariá-la, ou aceitar o passado como ele foi e as críticas dos descendentes dos povos colonizados? O artigo de Ana Maria Martinho apresenta também uma tomada de posição sobre uma discussão académica: Como ler e interpretar os textos literários africanos? Quais considerar? Que conhecimentos tomar em consideração? Quem pode falar sobre eles? Os dois últimos artigos não referem apenas discussões passadas, mas inserem-se e posicionam-se em encruzilhadas históricas presentes.

Começamos pelo artigo de Alberto Carvalho, “*Claridade: movimento de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas*”. Neste artigo Alberto Carvalho precursor dos estudos das literaturas africanas de língua oficial portuguesa na Universidade de Lisboa e, em particular, da literatura cabo-verdiana, faz a análise da história do movimento e da publicação da revista. O autor parte dos factos sociológicos que permitiram criar as condições concretas que viriam a gerar a necessidade sentida de uma revista literária cabo-verdiana, a saber: a importância da escrita, da leitura e da escola, através da implantação do Seminário-Lyceu e mais tarde do Liceu do Mindelo. Ao mesmo tempo que analisa os fatores de gestação da necessidade de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas

que levaram à criação da revista e à sua publicação (ainda que irregular) de 1936 a 1960, o autor apresenta as influências/fases literárias da literatura cabo-verdiana dos seus primórdios à atualidade e as diversas tendências literárias no seio da própria revista, dirimindo a influência dos diferentes colaboradores principais. De salientar a identificação de um período romântico cabo-verdiano durante a segunda metade do século XIX, que inova em relação às restantes análises da história da literatura cabo-verdiana (que veem esse período como uma influência europeia sem enquadramento na literatura cabo-verdiana), e das influências romântica e realista em *Claridade*. Pormenor interessante a assinalar dentro do tema das encruzilhadas históricas e da influência da literatura no decorrer da história, a indicação de que Amílcar Cabral terá sido influenciado pela revista nos seus próprios textos de cariz político: “pode-se aceitar que a inovação na poesia ideológica se antecipou na revista, visto que 1947 e 1949 precedem em 5 e 3 anos o texto de teor programático político de Amílcar Cabral, datado de 1952”. O texto de Alberto Carvalho insere-se assim numa encruzilhada histórica de longo fôlego: a dos vários caminhos da descolonização portuguesa e do papel relevante da literatura para a mesma.

A revolução do 25 de abril, momento fulcral do século XX português (e dos futuros países africanos de língua oficial portuguesa), foi um momento de possibilidades múltiplas para o destino nacional e de lutas políticas pela defesa das mesmas: entre o poder dos militares e a sociedade civil, entre as forças políticas que pretendiam manter o poder revolucionário e as que pretendiam o poder resultante do ato eleitoral. O artigo de Maria Inácia Rezola “Antes da Ordem do Dia: a Revolução na Assembleia Constituinte” trata desse período conturbado, em que se escreveu o texto fundamental da democracia portuguesa, durante o chamado “verão quente” de 1975. O artigo debruça-se sobre o período que medeia entre 2 de junho (início dos trabalhos) e 19 de setembro (data da tomada de posse do VI Governo Provisório). As plenas funções da Assembleia Constituinte iniciadas na data indicada são em si um facto determinante no jogo político da época e que está muito pouco estudado. É por isso de grande interesse o artigo de Maria Inácia Rezola, que mostra como os trabalhos da mesma, nomeadamente os do período antes da ordem do dia, que servia para discutir temas da atualidade, foram essenciais ao estabelecimento da democracia portuguesa. A autora analisa os temas tratados, a frequência de participação das diferentes forças políticas presentes e a discussão política que se desenvolveu, dando um valioso contributo para a história desse período da história do século XX português, num momento em que se discute no espaço público a necessidade de celebrar os 50 anos

da revolução e a importância a atribuir a essas celebrações e (indiretamente) à revolução.<sup>6</sup>

O artigo de Pedro Cardim trata da discussão pública em torno da figura do jesuíta António Vieira, a quem foi erigida em 2017 uma estátua numa praça central de Lisboa, da interpretação da história colonial que essa representação implica e das reações à mesma. O autor apresenta os factos históricos em que se enquadra a ação do jesuíta, de modo a que se possa compreender o desfasamento da representação escultórica de Vieira e a real ação do mesmo junto das populações ameríndias. Analisando o discurso académico, político e dos *media* em geral sobre Vieira e sobre o colonialismo português, o artigo defende que a “persistente visão benigna da colonização portuguesa”, generalizada no senso-comum (também entre a classe política tanto de esquerda como de direita), continua influenciada pela ideologia difundida durante o Estado Novo e continua a influenciar as novas gerações, pois os manuais escolares na sua maioria não acompanharam a evolução que o discurso académico vem introduzindo há cerca de 30 anos. O texto termina contudo com uma nota de esperança, ao assinalar que os estudantes universitários aderem aos novos conhecimentos sobre a história colonial e mostram desejo de a conhecer longe de visões edulcoradas. O texto insere-se, pois, ele mesmo, numa encruzilhada atual sobre o modo como se descreve o passado e a identidade nacionais.

Por fim, o artigo de Ana Maria Martinho é também ele uma tomada de posição numa discussão contemporânea: o modo como se devem abordar e analisar as literaturas africanas em particular e as periféricas em geral. De uma outra forma, este artigo insere-se também na discussão sobre o papel do colonialismo no modo de ler as sociedades, propondo a decolonização das abordagens. O âmbito do artigo é mais lato que o de Cardim, pois encara o colonialismo e a decolonização à escala mundial, centrando-se nas literaturas africanas em geral e não apenas nas de língua portuguesa, apesar de apresentar alguns exemplos de arte e literatura angolana e moçambicana. Citando autores como Ruy Duarte de Carvalho, Walter Mignolo, Ngũgĩ wa Thiong'o ou Graham Carr, entre outros, a autora discute os novos modelos de considerar e analisar as literaturas africanas, de como as inserir no estudo das literaturas em geral e avança como respostas: a mudança da lógica de circulação das obras, a exigência de um lugar para as obras apócrifas ou elididas dos cânones nacionais, o diálogo com todos os sujeitos implicados, explorando respostas multi-

<sup>6</sup> Ver a esse respeito alguns artigos da imprensa escrita do *Público*, da *Sábado* e do *Expresso*, respetivamente: <https://www.publico.pt/2021/06/04/politica/noticia/comemoracoes-50-anos-25-abril-regenerar-lacos-democracia-1965253>, <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-polemica-dos-50-anos-do-25-de-abril-e-da-nomeacao-de-pedro-adao-e-silva>, <https://expresso.pt/podcasts/leste-oeste-de-nuno-rogeiro/2021-06-13-Nuno-Rogeyro-e-os-50-anos-do-25-de-Abril-Nao-se-devia-gastar-um-euro-nas-comemoracoes.-A-memoria-nao-custa-dinheiro-544e354f>.

disciplinares. Nesta encruzilhada de metodologias de análise, trata-se de impor a voz daqueles que nunca a tiveram. As perguntas colocadas são: quem fala, com que legitimidade, com ou pelos observados? A ideia defendida é criar centros de conhecimento *ex-cêntricos* que permitam reordenar as estruturas que analisam o saber, de modo a que o nativo não se veja na sua própria terra e nas suas produções artísticas como o *outro*. A autora termina insistindo no poder do texto literário (e artístico) para influenciar a História: “As representações de África que têm lugar nas nossas sociedades hoje e nos seus circuitos de expressão e disseminação da experiência coletiva, devem, na nossa perspetiva, ser parte de um vasto movimento de mudança com ligações a novas formas de interpelar a história. Os textos literários são uma das dimensões desse gesto de resistência pelo modo como os lemos e enquadrámos nos diversos lugares da fala e da experiência cultural”.

Neste dossiê encontramos, pois, história e literatura, como modos de intervir na *res publica*, passado e futuro imbrincados no presente: modo de ver o passado, de considerar as hipóteses de futuro e de, no presente da ação, que também é pensar e escrever, ir redesenhando os destinos de indivíduos e de sociedades. História e literatura, como narrativas que, como diz David Carr, ao alargar as possibilidades, ao encarar novos conteúdos, novas maneiras de contar histórias, e novas espécies de histórias, serão ambas, história e ficção, verdadeiras e criativas no melhor sentido; apontando caminhos em encruzilhadas históricas, acrescentaríamos nós.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> David Carr: “Thus I am not claiming that second-order narratives, particularly in history, simply mirror or reproduce the first-order narratives that constitute their subject-matter. Not only can they change and improve on the story; they can also affect the reality they depict – and there I agree with Ricoeur – by enlarging its view of its possibilities. While histories can do this for communities, fictions can do this for individuals. But I disagree that the narrative form is what is produced in these literary genres in order to be imposed on a non-narrative reality – it is in envisaging new content, new ways of telling and living stories, and new kind of stories, that history and fiction can be both truthful and creative on the best sense.” (Carr, 1986, p. 131). Tradução nossa: “Assim, não estou a afirmar que narrativas de segunda ordem, particularmente em história, simplesmente espelham ou reproduzem narrativas de primeira ordem que constituem o seu tema. Não só podem mudar e melhorar a história; também podem afetar a realidade que retratam - e aí concordo com Ricoeur - alargando o ponto de vista das suas possibilidades. Enquanto as histórias podem fazer isto para as comunidades, as ficções podem fazer isto para indivíduos. Mas discordo que a forma narrativa é o que é produzido nestes géneros literários, a fim de serem impostos a uma realidade não-narrativa - é encarando novos conteúdos, novas formas de contar e histórias vivas, e novos tipos de histórias, que história e ficção podem ser ambas verdadeiras e criativas no melhor sentido.”



## Bibliografia

Agostinho (2004). "Livro XI". *Confissões*. Tradução de Espírito santo, A., Beato, J. e Pimentel, M. C. C.-M. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Armitage, D. (s/d). "In Defense of Presentism". *History and Human Flourishing*, ed. Darrin M. McMahon. Oxford: Oxford University Press, <<https://scholar.harvard.edu/armitage/publications/defense-presentism>> (último acesso em 08/07/2021).

Carr, D. (1986). "Le passé à venir : ordre et articulation du temps selon Husserl, Dilthey et Heidegger". *Laval théologique et philosophique*, 42, 3, pp. 333-344, <<https://www.erudit.org/fr/revues/ltp/1986-v42-n3-ltp2126/400260ar/>> (último acesso em 08/07/2021).

Carr, D. (1986). "Narrative and the Real World". *History and Theory*, vol. 25, n. 2, pp. 117-131, <<https://www.jstor.org/stable/2505301>> (último acesso em 08/07/2021).

Marinho, M. de F. (2008). *History and Myth: The Presence of National Myths in Portuguese Literature*. Munique: Martin Meidenbauer.

Ricoeur, P. (1983-1985). *Temps et Récit*, 3 vol. Paris: Éditions du Seuil.

White, H. (2010). *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory, 1957-2007*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

### Artigos de imprensa:

<https://www.publico.pt/2021/06/04/politica/noticia/comemoracoes-50-anos-25-abril-regenerar-lacos-democracia-1965253>

<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-polemica-dos-50-anos-do-25-de-abril-e-da-nomeacao-de-pedro-adao-e-silva>

<https://expresso.pt/podcasts/leste-oeste-de-nuno-rogeiro/2021-06-13-Nuno-Rogeyro-e-os-50-anos-do-25-de-Abril-Nao-se-devia-gastar-um-euro-nas-comemoracoes.-A-memoria-nao-custa-dinheiro-544e354f>